

A DESCONSTRUÇÃO DO SUICÍDIO DE VLADIMIR HERZOG E A LUTA CONTRA A DITADURA

THE DECONSTRUCTION OF THE SUICIDE OF VLADIMIR HERZOG AND THE FIGHT AGAINST THE DICTATORSHIP

Alberto Kleinas¹

O Caso Herzog impactou a história do nosso país. Há apenas 40 anos (25 de outubro de 1975), o “suicídio” de um jornalista judeu virou manchete de todos os jornais. Este trabalho trata das forças que operaram por trás desta tragédia familiar e alimentaram a oposição ao regime militar brasileiro. Muitos foram até o cemitério israelita do Butantã. Jornalistas, amigos, sindicalistas, artistas, cineastas, cristãos, judeus, protestantes, umbandistas, kardecistas, adeptos do candomblé, budistas, todas as religiões, cores e etnias. O rabino não estava, mas lá estava o cardeal rezando baixinho os salmos.

O sepultamento foi rápido, o caixão já havia baixado à sepultura antes mesmo de que a mãe do jornalista chegasse ao local. A terra foi jogada por cima do caixão rapidamente, buscando-se evitar qualquer tumulto. Já era uma vitória parcial de sua família e amigos que Vladimir não fosse enterrado no local dos suicidas. Ele foi sepultado com todos os rituais judaicos, apropriados para as mortes involuntárias, segundo o rabino Henry Sobel.

Para os opositores do regime militar, era a primeira contestação pública à versão mentirosa de suicídio. Para a sociedade brasileira, os judeus paulistanos estavam assumindo corajosamente que Herzog não se matara, portanto, fora morto, assassinado nas dependências do 2º. Exército. O que buscamos desvendar é como isso foi possível, sabendo de antemão da histórica de submissão da comunidade judaica aos governos estabelecidos.

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
akleinas1@gmail.com

Ainda mais da sociedade cemitério israelita, a Chevra Kadisha, associação altamente conservadora.

Antes muitos foram sepultados como suicidas sem levantarem tanta celeuma, por exemplo Iara Lavelberg, assassinada em 1971 e enterrada quase um mês depois como suicida. Porque Vlado² conseguiu essa proeza? O ponto de partida deste trabalho é o assassinato de Vladimir Herzog nas celas do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)³ de São Paulo e a posterior coalizão de vários setores da sociedade civil em protesto contra o brutal ato das forças de repressão política. O referencial teórico de Pierre Bourdieu é deveras importante para o nosso trabalho:

A luta política é uma luta cognitiva (prática e teórica) pelo poder de impor a visão legítima do mundo social ou, mais precisamente, pelo reconhecimento, acumulado sob a forma de capital simbólico, de notoriedade e de respeitabilidade, que fornece a autoridade necessária para impor o conhecimento legítimo do sentido do mundo social, de seu significado atual e da direção para onde ele vai e deve caminhar. O trabalho de “worldmaking” que, como observa Nelson Goodman, “consiste em separar e ajuntar, freqüentemente ao mesmo tempo”, tende, quando se trata do mundo social, à construção e à imposição de princípios de divisão próprios a conservar ou a transformar esse mundo transformando a visão de suas divisões, e assim dos grupos que o compõem e de suas relações. Nesse sentido, é uma política da percepção visando manter ou subverter a ordem das coisas transformando ou conservando as categorias através das quais ele é percebido, as palavras nas quais ele é expresso: o esforço para informar e orientar a percepção e o esforço para explicitar a experiência prática do mundo correm paralelamente, uma vez que um dos contenciosos da luta simbólica é o poder do conhecimento, quer dizer, o poder sobre os instrumentos

² Apelido de Vladimir Herzog desde pequeno, possivelmente dado por sua mãe, dona Zora Herzog.

³ O DOI-CODI foi um órgão subordinado ao Exército de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime inaugurado com o golpe militar de 31 de março de 1964, os chamados “Anos de Chumbo”. Destinado a combater inimigos internos que supostamente ameaçariam a segurança nacional, como a de outros órgãos de repressão brasileiros no período, a sua filosofia de atuação era pautada na Doutrina de Segurança Nacional, formulada no contexto da Guerra Fria nos bancos do National War College, instituição norte-americana, e aprofundada, no Brasil, pela Escola Superior de Guerra (ESG). O DOI-CODI surgiu a partir da Operação Bandeirante (OBAN), criada em 1969 com o objetivo de coordenar e integrar as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda. Cada estado tinha o seu DOI, subordinado ao CODI, que era o órgão central. Os DOI, sob um único comando de um coronel do Exército, reuniam militares das três Armas e integrantes voluntários das polícias militares estaduais, polícias civis e federal. Na década de 1980, os DOI foram renomeados Setor de Operações (SOP). Os DOI-CODI ficaram conhecidos por serem centros de torturas daqueles que se opunham ao regime ditatorial vigente.

incorporados de conhecimento, os esquemas de percepção e de apreciação do mundo social, os princípios de divisão que, num momento dado, determinam a visão do mundo e o poder de fazer ver e de fazer acreditar que esse poder implica (GRÜN, 1999, p. 127).

À versão de suicídio foi contraposto o sepultamento no campo santo, desconstruindo a farsa imposta pelo governo militar. Os jornalistas noticiaram sepultamento e as declarações do próprio rabino Sobel de que Vladimir fora sepultado com todas as honras e dentro do campo santo.

A importância do sepultamento é particularmente interessante dentro do judaísmo, particularmente neste caso, pois discrimina o suicida. Assim, a coletividade judaica paulistana, de forma velada, mas transparente, não só assumiu a identidade judaica de Vladimir Herzog, como o sepultou normalmente não aceitando a versão de suicídio. Isso não ocorreu com a jovem Lara Lavelberg, que em agosto de 1971 morreu num cerco policial no bairro da Pituba, em Salvador, com o corpo crivado de balas. A então companheira do famoso capitão Carlos Lamarca ficou 20 dias no necrotério de Salvador antes de ser sepultada no cemitério israelita do Butantã, em São Paulo. Os policiais acreditaram que Lamarca iria resgatá-la e, assim, poderiam matá-lo, como o fizeram mais tarde.

Seu corpo chegou em caixão lacrado e com certidão de óbito atestando o suicídio, versão então propagandeada pelo regime militar. Assim, os ritos de sepultamento não foram cumpridos e seu corpo foi enterrado fora do campo santo. Esta situação só foi revertida recentemente mediante um longo processo movido pelo irmão de Lara, Samuel Lavelberg, contra a sociedade cemitério israelita de São Paulo. Com novo exame cadavérico, constatou-se a verdade. Sua morte não fora um ato de suicídio, mas de execução, pois seu corpo fora crivado de balas.

Contudo, naquele momento (do enterro), a situação política era outra, o Brasil era tricampeão de futebol, vivia os anos de grande potência e o general presidente Médici tinha claro apoio dos empresários e da classe média que sonhava com ascensão social e econômica. Os Estados Unidos eram decididamente fiadores do regime cívico-militar e a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista, acabara de se consagrar nas urnas em

1970. A Igreja estava comprometida com a Marcha com Deus pela Família e Liberdade. Como se opor ou contradizer os poderosos nesse contexto?

Torna-se mais difícil quando o empresariado judaico, entre os quais o grupo Klabin e Feffer, colaborava habitualmente com o governo e seus objetivos políticos, como deixou claro Dreifuss (1981)⁴, que desvelou o patrocínio ao complexo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES-IBAD) com o objetivo claro de desestabilizar o regime constitucional de João Goulart e introduzir um novo modelo mais favorável ao capital internacional no país. Esse posicionamento do empresariado judaico pode ser creditado à tradição de quietismo e submissão absoluta aos poderes constituídos, afinal, se não o fizessem seriam estigmatizados, visto que o grande empresariado nacional e multinacional majoritariamente colaborava com o autoritarismo do governo. Com raras exceções, financiou e deu suporte aos “revolucionários” e foi vitorioso, pois barrara as reformas de base e garantiu os seus interesses no novo governo.

Sempre que há algum evento que envolva um membro da comunidade judaica, esta se mexe de alguma forma, pois sentem mais próximas de si quando este evento envolva alguém da comunidade judaica... Naquela época as entidades da comunidade também elas balançavam sempre, pois elas sempre gostam de ficar muito próximas do poder, isso é uma característica das minorias, daí o receio de enfrentar o poder, apesar de não concordar com o sistema e a ordem rígida que existia as entidades ficavam sempre próximas do governo. Procurando ser simpáticos aos governantes e os governantes entenderem que eles eram simpáticos a eles.⁵

Entretanto, interessa a nós a atuação do empresariado na distensão política e transição para um regime democrático. A coalizão formada a partir dos protestos pela morte de Vladimir Herzog sustentou a campanha pela anistia política e pelo fim da tortura nos porões da ditadura. Essa coalizão, impensável entre 1964 e 1975, foi possibilitada pela mudança de conjuntura internacional que influenciou diretamente o quadro nacional, como:

⁴ Banco Cidade de São Paulo, da família Safdié, representado por Golbery do Couto e Silva (p. 745). Banco da América S.A., representado por Herbert Levy. Cia. Suzano de Papel e Celulose, Leon Feffer (p. 632). Klabin Irmãos (p. 634).

⁵ Entrevista concedida pelo ex-governador Alberto Goldman no dia 8 de fevereiro de 2012.

- esgotamento do modelo político implantado pelos militares;
- crise econômico-financeira (1ª Crise do Petróleo);
- grande vitória da oposição (Movimento Democrático Brasileiro – MDB) nas eleições de 1974;
- mudança política no cenário internacional, particularmente com o escândalo Watergate e a renúncia de Nixon;
- eleição de Carter para a presidência dos Estados Unidos em 1976;
- a política de difusão e respeito aos direitos humanos posteriormente implantados pelo presidente Carter nos Estados Unidos;
- desgaste da base de apoio empresarial do governo militar.

O bipartidarismo instituído revela inicialmente uma grande fragilidade da oposição consentida no MDB perante ao governismo da Arena. Porém, ao final do período mais repressivo, ao enfraquecimento da palavra de ordem de voto nulo para deslegitimar o regime militar e a uma certeza construída nas hostes militares de que tinham um forte apoio popular, construiu a proposta de redemocratização tão propagandeada pelo general presidente Geisel.

A oposição armada fora dizimada, os grupos de esquerda radical encarcerados. O único receio era de que a oposição consentida no MDB se enfraquecesse demais. As eleições de 1974 realizaram-se com um nível de liberdade maior do que as anteriores e o resultado foi assustador para os militares. As eleições para o senado tornaram-se plebiscitárias e o MDB conseguiu imprimir no eleitorado a marca de “partido dos pobres”. A Arena⁶ fez

⁶ A Arena foi um partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política ao governo militar instituído a partir do golpe militar de 1964. No programa do partido, adotado em convenção nacional realizada em Brasília, em 21 de setembro de 1975, a Arena se posicionou da seguinte forma em relação à sua criação e sua existência: “Expressão política da Revolução de Março de 1964, que uniu os brasileiros em geral, contra a ameaça do caos econômico, da corrupção administrativa e da ação radical das minorias ativistas, a ARENA é uma aliança de nosso povo, uma coligação de correntes de opinião, uma aliança nacional”. Fundada no dia 4 de abril de 1966, a Arena era um partido político predominantemente

uma campanha de simples apoio ao governo militar e, principalmente no estado de São Paulo, teve que engolir uma vitória acachapante da oposição.

Porém, o próprio governo Geisel buscava explicações para a derrota eleitoral de 1974. O governo militar acreditava na vitória, tendo como referência os resultados das eleições de 1970 e 1972. Vários autores trataram desta questão, ou seja, da estrondosa vitória do MDB em 1974, entre eles: Bolivar Lamounier, Fernando Henrique Cardoso, Wanderley Guilherme dos Santos, etc. Muitas também foram as explicações encontradas. No que nos interessa: 1) o MDB se qualificou perante o eleitorado como o “Partido dos Pobres” e a Arena era o partido do governo, ou seja, da situação; 2) a nova política econômica do governo Geisel, passando por cima dos anéis burocráticos existentes até então, e que garantiam o apoio empresarial ao regime, transferiram este apoio, ou ao menos, neutralizaram-no.

Podemos, assim, explicar a aliança entre liberais (MDB) e progressistas (Partido Comunista Brasileiro – PCB) no apoio a um governador da Arena, Paulo Egydio Martins, do estado de São Paulo, como possível candidato de transição à presidência da República na sucessão do general Geisel. Assim, a reação da linha-dura do regime explica-se com este argumento. Segundo entrevistas, existiu realmente uma coordenação de empresários e lideranças judaicas extra e intercomunitárias, em que, num primeiro momento, estava em jogo uma articulação de lançamento da candidatura do governador Paulo Egydio Martins como candidato presidencial, ou seja, o primeiro presidente civil desde o golpe militar de 1964⁷.

A negociação iniciou-se com um acerto entre o empresariado liberal, o governador de São Paulo e a oposição (MDB, em que atuava o PCB). Este acordo levou José E. Mindlin para a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo e Jorge Wilhelm para a Secretaria de Economia e Planejamento. Vladimir Herzog foi escolhido para a direção de

conservador, sendo que sua criação se deu em decorrência do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e do Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, baixados pelo regime militar, os quais terminaram com o pluripartidarismo existente, naquela época, no Brasil, extinguíram os 13 partidos políticos legalizados e determinaram a implantação do bipartidarismo.

⁷ Entrevistas com Alberto Goldman, Dina Lida Kinoshita e Sylvio Band.

jornalismo da TV estatal paulista, o Canal 2, isto é, a TV Cultura, subordinado ao Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia, sr. José Mindlin, que afirma:

Nosso primeiro encontro se deu quando eu era Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado; e, na ausência de meu saudoso amigo Rui Nogueira Martins, Presidente da Fundação Padre Anchieta, o nome do Vlado foi indicado para a Diretoria de Jornalismo da Fundação. Houve vários candidatos, mas o currículo do Vlado era de tal forma superior, que não havia hesitação possível. Não o conhecendo pessoalmente, convidei-o para uma conversa na Secretaria, e a boa impressão se confirmou plenamente. Assim, apressei-me a indicar seu nome ao Governador Paulo Egydio Martins, para não retardar o preenchimento do cargo. Note-se que, em nossa conversa, o Vlado não introduziu qualquer elemento pessoal que pudesse de alguma forma influenciar a minha decisão. Não mencionou, por exemplo, grandes amigos comuns como Antonio Candido, nem fiquei sabendo que ele era, como eu, de origem judaica. Queria, evidentemente, que minha escolha fosse, como realmente foi, inteiramente objetiva.⁸

Este acordo de distensão teve como parâmetro o discurso do general presidente Geisel, que tratou da abertura e da redemocratização. Assim sendo, o governador Paulo Egydio Martins seria o candidato civil à presidência na sucessão de Geisel. Esta é a interpretação para a movimentação do marechal Cordeiro de Farias:

A reunião fora urdida por Thales e pelo marechal Oswaldo Cordeiro de Farias. Um convenceu Ulysses e o outro, a Golbery. Meses antes, discursando num banquete, o velho marechal de 74 anos, cuja primeira insurreição remontava a 1922, condenara o radicalismo de esquerda e o de direita, dizendo-se disposto a combatê-los, “mesmo que fique de muletas ou numa cadeira de rodas”. De bengala, o marechal tramava uma candidatura civil à Presidência da República. Seu primeiro nome era o do governador Paulo Egydio Martins. Cordeiro passou o endereço e a hora do encontro a Thales Ramalho numa caixa de fósforos de restaurante.⁹

Com o assassinato e a farsa montada no caso Herzog, duas frentes se mobilizaram. Uma externa, em que o sindicato dos jornalistas, que estava sob novo comando, do jornalista Audálio Dantas, apoiado pelo PCB, e as redações de jornal de São Paulo, particularmente “O Estado de S.Paulo”, franco opositor da ditadura que estava até pouco tempo sob intervenção direta da censura,

⁸ Depoimento de José Mindlin para a Fundação Perseu Abramo, publicado em 17 de abril de 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/z2idLD>>. Acesso em: 29 fev. 2012.

⁹ GASPARI, E. *O sacerdote e o feiticeiro: a ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 87-88.

como também o sindicato dos artistas, comandado por Juca de Oliveira, e a Igreja Católica, por meio do cardeal Dom Paulo Evaristo, atraindo o jovem rabino Sobel, além do pastor luterano James Wright, conduziram a maior manifestação até então de repúdio à ditadura, o ato ecumênico em memória de Vladimir Herzog.

Esse foi o momento de emergência da contestação aberta ao governo brasileiro. Os judeus brasileiros não ficaram marginalizados nesse instante e agiram, mesmo sem o apoio das instituições judaicas, em prol da redemocratização do país. No aspecto econômico devemos resgatar o modelo de desenvolvimento econômico do período militar, particularmente o momento do presidente Geisel (1974-1979) e a Crise Internacional fomentada pela alta da mais importante *commodity* global, o petróleo.

O modelo de investimento-empréstimo internacional para fomentar o crescimento econômico brasileiro teve que se submeter às ondas da política internacional, que a princípio eram favoráveis e, após 1973, com a Guerra do Yom Kipur¹⁰ entre países árabes (Egito e Síria) e Israel resultou na resolução da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de novos preços para o barril de petróleo. O substancial aumento de preço da mais importante *commodity* teve repercussão econômica mundial e o Brasil foi seriamente atingido com o aumento dramático das taxas de juros sobre seus empréstimos. Esse foi o período do governo Geisel que coincide com a crise econômica e política, com o agravante de que o período anterior do governo Medici e seu superministro Delfim Neto ter se caracterizado como o “milagre econômico brasileiro”. Isso explica em parte a proposta de abrandamento do regime militar de Geisel.

Os setores “duros” do regime militar começaram a movimentar-se e lançaram uma campanha por meio dos aparatos de repressão ativos, como o DOI-CODI, em busca de comunistas infiltrados no governo estadual. Não havia mais luta armada, todos os grupos de esquerda armada estavam dizimados no país e era a vez de bombardearem qualquer forma de acordo, real ou fictício,

¹⁰ Conflito militar ocorrido de 6 de outubro a 26 de outubro de 1973, entre uma coalizão de estados árabes liderados por Egito e Síria contra Israel.

que houvesse para a redemocratização. O PCB foi a carta da vez pois, apesar de nunca defender a luta armada, fazia-se presente nos sindicatos e meios intelectualizados.

A TV Cultura e seu diretor de jornalismo – Vlado – era o elo mais fraco do acordo liberal de redemocratização, mas tudo leva a crer que o objetivo final fosse o comprometimento político do próprio governador de São Paulo.

Figura 1 – Vladimir Herzog é assassinado no DOI-CODI



Fonte: Memorial da Resistência. Disponível em:
<<http://memorialdademocracia.com.br/publico/thumb/8233/740/440>>. Acesso em 16 dez. 2017.

A versão do suicídio e a busca de explicações para a prisão e morte de Vladimir Herzog tornaram os noticiários surrealistas, culpando o morto pelo trágico acontecimento. Afinal, em dois meses, de “agente da KGB” a “militante cujo depoimento não tinha maior importância”, o “suicida” incomoda porque está morto? Esta foi uma das brilhantes explicações do Sistema Nacional de Informações (SNI):

[...] que o jornalista morto, por palavras e por escrito, comprovou sua condição de comunista militante, não apenas um homem de ideologia comunista, mas sim ativista. Procura-se dar a impressão ao povo e ao mundo que o mesmo foi assassinado pelos órgãos de segurança ou que suicidou-se por temer às torturas que sofreria por parte dos interrogadores. No entanto, por que não considerar que, uma vez tendo-lhe sido impossível negar sua ação contra o regime democrático, não se suicidou consciente de que a agitação nacional e internacional que se seguiria fosse, talvez, o último e grande trabalho

que prestaria ao partido? Por que não admitir que teria receio do 'justiçamento' futuro por seus próprios camaradas de partido? Ou, então, por que não considerar que teria fatos muito mais comprometedores a revelar e que preferiu, com grandeza militante, ocultar pelo silêncio que a morte acarreta? (JORDÃO, 1979, p. 88-89).

A mera insistência da versão do suicídio demonstra a importância do sepultamento. E como mesurar essa importância? Segundo Dines:

Uma questão teológica judaica comprovou que ele [*Herzog*] não tinha se suicidado. E a questão teológica é o seguinte: pela religião judaica, o suicida não pode ser enterrado como qualquer outra pessoa; ele fica, digamos, um pouco marginalizado, fica encostado no muro do cemitério, mas não fica no centro. Há a famosa frase "Deus dá a vida e Deus tira a vida". É definitivo, é uma cláusula pétrea do judaísmo: você não se suicida. Também pelos ritos judaicos, a pessoa tem que ser preparada para ser enterrada, tem que ser limpa, limpa até por dentro. É da tradição judaica que os cadáveres sejam todos preparados para subirem, com lavagens, com uma certa assepsia externa, e isso exige um manuseio do cadáver. Na hora de enterrar o *Herzog*, a ordem era para enterrar junto aos suicidas, mas não foi. Foi essa pequena dúvida de caráter teológico, se ele é ou não é suicida, onde será enterrado, que realmente ligou o sistema todo, deu um curto-circuito. Ao ser enterrado em um lugar normal, ficou evidente que os laudos do DOI-Codi e do legista [*Harry Shibata*] eram mentirosos, era tudo fajuto. Os cristãos em geral não têm problemas com o enterro do suicida, mas os judeus têm. E chegou a haver uma pressão de pessoas da comunidade judaica para que ele fosse enterrado como suicida, porque os militares tinham determinado aquilo, e a comunidade tinha pessoas, por convicções ou instinto de defesa, próximas ou que aceitavam imposições das autoridades militares. Mas felizmente o [*rabino*] Sobel foi firme e, além disso, botou a boca no mundo. A partir daí o episódio se configurou não como um suicídio, mas como um assassinato político.¹¹

Vladimir Herzog nunca foi um judeu religioso, inclusive não frequentava sinagoga. Contestaram sua identidade judaica antes de fazer o enterro, mas a Halachá¹² é clara nesta definição, definindo o judeu como filho de mãe judia. Mesmo não tendo nenhuma prática religiosa, a ortodoxia o considera judeu. Assim, sua identidade é comentada por Topel:

Com o advento da Modernidade, então, surgem movimentos religiosos liberais que, embora questionassem a Halachá, a tomaram como ponto de partida para a reconfiguração do judaísmo religioso. Simultaneamente, os movimentos nacionalistas judaicos – bundista,

¹¹ DINES, Alberto. O enterro de um "suicida". Observatório de Imprensa, São Paulo, Edição 352, 25 out. 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/vH5pCB>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

¹² Código de leis religiosas judaicas.

sionista e territorialista – se afastaram e/ou ignoraram a Halachá, tentando reconstruir a identidade e a comunidade judaica ao redor de noções como etnia, nação, território, cultura e direitos universais. É com base nesses processos e nesse momento histórico que surge a categoria assimilação como instrumento para compreender as novas formas de ser judeu, as inéditas expressões de judaísmo que começaram a difundir-se na Europa e nas Américas, bem como a fusão de um significativo número de judeus no seio das sociedades de acolhimento, com a concomitante perda de sua identidade judaica (2005, p. 81-82).

O enterro de Vladimir estava assegurado, bastava definir o local. Como o 2º Exército já forjara o atestado de óbito indicando asfixia mecânica, a batalha seria pela abertura do caixão para o ritual de limpeza do corpo ou Tahará¹³. Esse foi o momento crucial em que os amigos de Vladimir agiram para garantir a verdade, ou seja, o assassinato por espancamento, segundo relata o rabino Sobel.

Por quem e por que o senhor foi contatado para orientar sobre o enterro do jornalista Vladimir Herzog, sendo que estava na cidade do Rio de Janeiro?

O Senhor Leschziner da Chevra Kadisha me telefonou, pois dadas as condições do corpo de Vladimir Herzog não acreditava na versão policial de suicídio. Seu corpo estava muito machucado pela tortura e a pressão dos Sindicatos dos jornalistas e atores, de Dom Paulo e tantos outros que se movimentavam contra o desrespeito aos Direitos Humanos, queria saber como se portar nessa situação tão complicada.

E o que o senhor lhe disse?

Orientei-o para que enterrasse Vladimir no campo santo com todas as honras, mas que fosse rápido para não se tornar um ato político.¹⁴

A importância do ato tornou-se ponto central do Inquérito Policial Militar (IPM) e do Processo Federal de responsabilização pela morte de Herzog movido pela viúva, Clarice Herzog. A versão do suicídio foi finalmente descartada em 1978, quando o juiz Márcio Moraes, em sentença histórica, responsabilizou o governo federal pela morte e pediu a apuração de sua autoria e das condições que ocorrera. No dia 15 de março de 2013, a família de Vladimir Herzog recebeu o novo atestado de óbito, substituindo a causa mortis,

¹³ É um tributo que prestamos ao morto. A origem desta tradição milenar se encontra no Livro de Eclesiastes: “Assim como veio, assim irá”. Da mesma forma como um recém-nascido é imediatamente lavado e ingressa no mundo fisicamente limpo e espiritualmente puro, assim também aquele que parte é simbolicamente purificado através do ritual da Tahará (“purificação”).

¹⁴ SOBEL, H. Depoimento a Alberto Kleinas em 30 de abril de 2012.

agora não mais suicídio por asfixia mecânica, mas lesões e maus tratos sofridos nas dependências do 2º Exército.

Figura 2 – Certidão de Óbito de Vladimir Herzog



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
**** WLADIMIR HERZOG ****

MATRÍCULA:
**** 119099 01 55 1975 4 00167 271 0088264-86 ****

SEXO: MASCULINO | COR: branca | ESTADO CIVIL E IDADE: casado - 38 ANOS DE IDADE

NATURALIDADE: OSIJAK, IUGOSLÁVIA- | DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: NADA CONSTA | ELEITOR: IGNORADO

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA:
ZIGMUND HERZOG e ZORA HERZOG ***
RESIDENTE NA RUA OSCAR FREIRE, 2271, SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP ***

DATA E HORA DO FALECIMENTO:
VINTE E CINCO DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO - EM HORA IGNORADA H | DIA: 25 | MÊS: 10 | ANO: 1975

LOCAL DE FALECIMENTO:
NO II EXÉRCITO-SP (DOI-CODI) NA RUA TOMAZ CARVALHAL, 1030, PERDIZES, NESTA CAPITAL ***

CAUSA DA MORTE:
LESÕES E MAUS TRATOS ***

SEPULTAMENTO (CREMAÇÃO/MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO): SEPULTADO NO CEMITÉRIO ISRAELITA, BUTANTÁ, CAPITAL. | DECLARANTE: ERICH LESCHZINER **

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO:
Dr. ARILDO DE TOLEDO VIANA, LEGISTA

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES:
Óbito registrado vinte e sete de outubro de mil novecentos e setenta e cinco. Observações: O falecido era casado com CLARICE HERZOG, em São Paulo (cartório e data não declarados), tendo deixado dois filhos menores de idade: Ivo e André. Sendo ignorado se deixou bens e testamento. Registro lavrado no Livro C-167. Folhas 271v, Termo nº 88264. **PRESENTE CERTIDÃO ENVOLVE ELEMENTOS DE AVERBAÇÃO À MARGEM DO TERMO. VIDE VERSO.**

Oficial de Registro Civil das P. N. do 7º Subdistrito
Consolação
Aldagar Flori - Oficial
Av. Angelica 2168 - São Paulo - SP CEP: 01228-200
Tel/Fax: 1132655506
E-mail: cartconsolacao@uol.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Des. 16
São Paulo, 01 de maio de 2013

FABIO GONÇALVES VEIRA
ESCREVENTE DESIGNADO

EMOLUMENTOS
Ao Oficial: R\$ 19,50; Ao DPESP: R\$ 3,86; Total: R\$ 23,36

Reconheço a firma e a do
FABIO GONÇALVES VEIRA e do
São Paulo, 01 de maio de 2013
Em todo da Verificação

Rec. Fim. R\$ 4,25
VALIDAMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
N.º 10344-A388002

Fonte: Pletz. Disponível em <http://www.pletz.com/blog/wp-content/uploads/2013/03/892121_4066988333448_1983008107_o.jpg>. Acesso em 16 dez. 2017.

BIBLIOGRAFIA

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

GRÜN, R. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 121-126, out. 1999.

JORDÃO, F. P. *Dossiê Herzog*. São Paulo: Global, 1979.

TOPEL, Marta F. *Jerusalém e São Paulo: a nova ortodoxia judaica em cena*. São Paulo: Topbooks, 2005.